

ATA – CEPE (25.11.2009)

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPE

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove às oito horas e trinta minutos, no Salão Nobre, Prédio da Reitoria, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sob a presidência do Reitor em Exercício, Sr. Manoel Alves Bezerra Júnior, o qual deu início à reunião cumprimentando a todos os membros presentes. Em seguida, o presidente passou a palavra à Secretária dos Conselhos a qual fez a leitura dos seguintes pontos de pauta: **1º Item – Posse de novos conselheiros; 2º Item** – Apreciação da Carta nº 001/2009-CCFA, que trata da escolha de representante do CEPE para compor o Conselho Curador da Fundação Ajuri; **3º Item** – Recomposição das Câmaras Setoriais (Ensino/ Pesquisa e Pós-Graduação/ Extensão); **4º Item** – Apreciação do processo nº 23129.002442/2008-13 que trata do Projeto Político Pedagógico p/ implantação do curso de Engenharia Elétrica. (Relatoria profa. Rutineia Carvalho); **5º Item** – Apreciação do processo nº 23129.004691/2009-16 que trata do Plano Institucional de Formação de Docentes da UFRR (Relatoria prof. Luiz Pessoni); **6º Item** – Apreciação do processo nº 23129.003686/2009-96 que trata do Projeto Político pedagógico do curso de Letras. (Relatoria prof. Roberto Mibielli); **7º Item** – Apreciação do processo nº 23129.003687/2009-31 que trata do Projeto de Constituição do curso de Licenciatura em Educação do Campo p/ professores da Educação Básica de Roraima. (Relatoria profa. Elenize Oliveira); **8º Item** – Apreciação do processo nº 23129.004709/2009-80 que trata da Proposta do Projeto de Iniciação à Docência - Bolsas/PIBID (Relatoria prof. Carlos Augusto Evangelista); **9º Item** – Apreciação do memorando nº 11/09-CCS que solicita a realização da Colação de Grau dos Acadêmicos do Curso de Medicina e **10º Item** – Apreciação do processo nº 23129.004708/2009-35 que trata da Proposta do Calendário Universitário 2010. (Relatoria profa. Ednalva Duarte) Após a leitura, e seguindo para o **1º Item** O Sr. Manoel Júnior perguntou à Secretária dos Conselhos quais eram os conselheiros que tomariam posse, sendo empossados os seguintes conselheiros: Representantes docentes do Curso de Geografia- Prof. Antonio Tolrino de Resende Veras (titular) e Profa. Altiva Barbosa da Silva (suplente), como Representante dos Técnicos Administrativos o Sr. Cezário Paulino Bezerra de Queiroz (titular) e Sra. Maria das Graças Frois Coelho (suplente), ainda como representantes técnicos o Sr. Pedro Romulo Estevam Ribeiro (titular) e a Sra. Izaulina Videira Ramos Lourenço (suplente), como Representantes docentes do Curso de Geologia o Prof. Fábio Luiz Wankler (titular) e a Profa. Cristiane Buttori Rivera (suplente), Representantes docentes do Curso de Ciências Sociais a Profa. Francilene dos Santos Rodrigues (titular) e a Profa. Madalena Vange M. C. Borges (suplente), Representante docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo a Profa. Roberta Dias Sisson Santos (titular), Representantes docentes do Curso de Ciência da Computação a Profa.

36 Marcelle Alencar Urquiza (titular) e o Prof. Ville Caribas Lima de Medeiros (suplente), como
37 Representante docente da Educação Básica a Profa. Cariane do Nascimento Pimentel (titular),
38 Representantes docentes do Curso de Química a Profa. Maria Lúcia Taveira (titular) e o Prof. Luiz
39 Antonio Mendonça Alves da Costa (suplente), Representantes docentes do Curso de Licenciatura
40 em Ciências Biológicas a Profa. Ise de Goreth Silva (titular) e a Profa. Maria Claudete Vasconcelos
41 Passos (suplente), Representantes docentes do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas o
42 Prof. Carlos Eduardo Freitas Lemos (titular) e a Profa. Albanita de Jesus Rodrigues da Silva
43 (suplente), Representantes docentes do Curso de Psicologia a Profa. Pamela Alves Gil (titular) e o
44 Prof. Calvino Camargo (suplente), Representantes docentes do Curso de Engenharia Civil o Prof.
45 João Bosco Pereira Duarte (titular) e o prof. Joel Carlos Moizinho (suplente), Representantes
46 docentes do Curso de Zootecnia a Profa. Neide Maria Lucas (titular) e o Prof. Rodrigo de Barros
47 Feltran (suplente), Representantes docentes do Curso de Comunicação Social o Prof. Maurício Elias
48 Zouein (titular) e o Prof. José Aparecido da Silva (suplente), Representantes docentes do Curso de
49 História a Profa. Carla Monteiro de Souza (titular) o Prof. Francisco Brito (suplente). Em seguida o
50 Presidente perguntou se todos concordavam com a pauta do dia, momento em que a Profa. Rutineia
51 Carvalho (relatora do 4º Item) pediu a palavra e solicitou aos demais membros a retirada de pauta
52 do referido item, uma vez que, enquanto relatora observou a ausência de alguns documentos no
53 processo, atentou ainda para que fosse feita a atualização de dados da Proposta do PPP, uma vez que
54 se tratava de uma proposta que vem aguardando desde o ano de dois mil e oito e sugeriu que a
55 relatoria da referida proposta fosse feita por algum conselheiro com formação aproximada para que
56 não houvesse prejuízo da matéria. Diante dessas justificativas os conselheiros decidiram por retirar
57 o 4º Item da pauta da reunião. Dando continuidade, o Presidente passou para o **2º Item** deixando
58 espaço aberto para que o conselheiro (a) interessado se inscrevesse para representar o CEPE no
59 Conselho Curador da Fundação Ajuri. Explicou também que tratava-se de um Conselho responsável
60 pelas contas, aprovação do plano de Ação e Regimento, sendo considerado o Conselho máximo da
61 Fundação. Após as colocações feitas pelo Presidente, candidatou-se a Profa. Teresa Cristina, não
62 havendo outros inscritos, os conselheiros aprovaram a candidatura da Profa. Teresa Cristina
63 Evangelista dos Anjos como membro representante do CEPE no Conselho Curador da Fundação
64 Ajuri para um mandato de dois anos. Prosseguindo para o **3º item**: O presidente deixou claro que
65 cada pró-Reitor explicaria as atribuições de suas respectivas Câmaras Setoriais, bem como da
66 quantidade de vagas existentes, para que posteriormente os membros interessados se inscrevessem e
67 conseqüentemente fossem feitas as votações. Com a palavra o Prof. Luiz Personi falou que a
68 Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação é composta pelo seu Pró-Reitor, por 03 (três) representantes
69 docentes do CEPE sendo destes, pelo menos 01 (um) do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação,

70 citando ainda a vigência do mandato da profa. Lucília Pacobahyba, 01 (um) técnico administrativo,
71 01 (um) discente de graduação e 01 (um) discente da Pós-Graduação *stricto-sensu*. Explicou da
72 necessidade de recomposição da Câmara, a qual havia 02 (duas) vagas para representantes docentes
73 de graduação e para os discentes tanto da graduação quanto da Pós-Graduação *stricto-sensu*, sendo
74 que este último não tem ainda representação no CEPE, não existindo nenhum processo de
75 regulamentação formal de escolha para os cursos de graduação *stricto-sensu*. Feitas as colocações,
76 inscreveram-se os seguintes professores para as vagas de Representantes docentes da Graduação:
77 Neide Lucas, Maurício Zouein, Carla Monteiro e Déborah Freitas (indicação feita via suplente
78 Roberto Mibielli), para a vaga de Técnico Administrativo, apenas o Sr. Cezário Queiroz e para
79 Discente o Sr. André Guimarães. Após a votação foram eleitos os seguintes membros para recompor
80 a Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação: Docentes da Graduação Professoras: Carla Monteiro e
81 Neide Lucas (com vinte votos cada uma), Técnico Administrativo: Sr. Cezário Queiroz e Discente:
82 André Guimarães. Na sequência o Presidente passou a palavra para a professora Ednalva Duarte,
83 que começou falando da composição da Câmara de Ensino, que até o presente momento havia
84 apenas o mandato da profa. Elenize Cristina em vigência, restando apenas a recomposição das
85 seguintes vagas: 02 (dois) docentes de graduação, 01 (um) docente do Ensino Básico ou
86 Tecnológico, 01 (um) discente da graduação e 01 (um) técnico-administrativo. Fez um breve
87 esclarecimento sobre as competências da câmara, fazendo a leitura parcial de alguns artigos do
88 CEPE à respeito das Câmaras Setoriais. Dando seguimento, o Presidente abriu o espaço para
89 inscrições dos conselheiros que tivessem interesse em participar. Foram inscritos os membros: Sr.
90 Pedro Romulo (representante técnico administrativo), prof. Fábio Wankler (docente de graduação),
91 prof. Arnaldo Marcílio (docente do ensino tecnológico), profa. Marcelle Urquiza (docente de
92 graduação) e Sr. Emyster Gaia (discente da graduação). Não havendo outros membros dispostos a
93 concorrer às supostas vagas, o Presidente recompôs a Câmara de Ensino com os representantes que
94 acima se inscreveram. Prosseguindo foi a vez da profa. Nilza Araújo neste ato representando a Pró-
95 Reitora de Extensão, explicitar quais e quantas eram as vagas destinadas à recomposição da Câmara
96 de Extensão, sendo classificadas como: 03 (três) vagas para docentes e 01 (uma) discente. Houve os
97 inscritos: prof. Elói Senhoras (docente), prof. Antonio Tourino Veras(docente), profa. Pamela Alves
98 (docente) e Sr. Roberto Sakazi (discente). Não havendo concorrentes a Câmara de Extensão foi
99 recomposta com os representantes acima inscritos. Passando para o **4º Item**: O Presidente passou a
100 palavra ao relator, prof. Luiz Personi que esclareceu que a elaboração do referido plano teve início
101 no começo do ano de dois mil e nove, que a CAPES havia dado um prazo para apresentação do
102 plano até o mês de fevereiro de dois mil e nove, que após reivindicação por parte de vários Pró-
103 Reitores de todo o país, este prazo foi estendido até o mês de maio de dois mil e nove, podendo

104 dessa forma melhorar a elaboração do plano. Que o plano já havia sido apresentado à CAPES em
105 maio de dois mil e nove e que a UFRR ficou entre as sete instituições federais que tiveram o plano
106 aprovado logo na primeira versão enviada. Fez uma rápida exibição de slides para lembrar de
107 como o plano foi construído e quais foram as metas que a instituição se comprometeu a cumprir na
108 execução desse plano, uma vez que se trata de um Plano de Capacitação de nível de Doutorado,
109 associado às atividades de pesquisa e pós-graduação na instituição e de como foi consolidada a
110 versão final do documento. Explicou que devido a demora de alguns centros no sentido de remeter
111 as informações pertinentes ao plano, não foi possível a aprovação formal do referido plano no
112 âmbito do CEPE. Abordou também sobre a contratação de professores para atuarem em novos
113 cursos que seriam implantados até o ano de dois mil e quatorze, citando o REUNI como a fonte
114 principal de recursos dessas contratações. Justificou que o presente plano não pode sofrer nenhuma
115 alteração no momento, pois foi esta a versão encaminhada à CAPES em maio de dois mil e nove,
116 devendo este ser apenas referendado pelo CEPE, e que caso haja a necessidade de mudar, tal
117 mudança deverá ser discutida e após um ano devidamente proposta essa alteração. Aproveitou o
118 momento para pedir o apoio dos conselheiros presentes, que são representantes de centros e
119 departamentos, que retomem essa questão do plano em suas unidades, para que as metas possam ser
120 cumpridas. Na sequência o prof. Roberto Mibielli solicitou dois esclarecimentos, o primeiro: se
121 dentro dos indicadores de metas, quando se fala em patentes, se isso não for atingido, que tipo de
122 problemas poderiam ser ocasionados e segundo: se este seria o plano que deixou todos
123 absolutamente estarecidos no final do ano e que o sr. prof. Pessoni considera que foi amplamente
124 discutido e que teve que ser feito em poucos dias. Em resposta, o prof. Pessoni esclareceu quanto ao
125 primeiro questionamento que não se trata só de patentes e sim de produção de projetos, produtos e
126 patentes, e que esses atendem a qualquer área do conhecimento. E quanto ao segundo
127 questionamento falou que o prazo dado inicialmente foi muito curto, sendo do final de novembro
128 /dezembro de dois mil e oito, devendo a proposta ser apresentada à CAPES até fevereiro de dois mil
129 e nove, havendo tempo mais do que suficiente para uma universidade do porte da UFRR fazer essa
130 discussão no âmbito dos centros. Enfatizou que a ação acarretou um trabalho extenso da PRPPG no
131 sentido de consolidar os dados que chegavam dos centros. Que o prazo para resposta foi esticado
132 até onde foi possível, ou seja, três dias de antecedência ao envio para a CAPES. Que o fato de não
133 ter havido tempo suficiente para a discussão no âmbito dos centros não se deu por falta de prazo
134 junto à PRPPG e sim por alguma razão particular de cada centro. Na sequência o prof. Antonio
135 Tourino Veras perguntou se existe um número definido da quantidade de bolsas. Em resposta o prof.
136 Pessoni disse que inicialmente todas as bolsas seriam disponibilizadas em atendimento ao que
137 estava disposto no plano, destacando que existe um governo em mudança e que pode, dependendo

138 de quem assumir, mudar as políticas como já aconteceu anteriormente, mas que tem um
139 planejamento e uma proposta de como vai ser executado. A ação da CAPES enquanto agencia
140 financiadora com recursos públicos foi, a de que o recurso vai existir, mas a instituição tem que dar
141 um retorno disso, essa capacitação docente em nível de doutorado tem que ser revertida em Pós-
142 Graduação e pesquisa, e não só capacitar o docente e depois a instituição não dá resultados à
143 sociedade, que é o que se espera de um corpo docente qualificado de nível de doutoramento, que
144 não é só de nível de graduação. A profa. Teresa Cristina questionou sobre um convênio a ser
145 firmado entre a UFRR e a Universidade Estadual do Amazonas, quanto ao curso de Direito
146 Ambiental que deverá ser implantado até o ano de dois mil e quatorze. Que o curso de Direito não
147 teve conhecimento sobre o assunto, que o Departamento de Direito soube da notícia por meio de
148 questionamentos feitos por ex-alunos interessados em participar de tal seleção. Que na banca
149 examinadora da seleção não havia nenhum professor do curso de Direito. Que fez uma visita à
150 PRPPG para tomar conhecimento do paradeiro de um professor da UEA do referido curso de
151 Especialização que se encontrava na cidade à época e que ninguém da Pró-reitoria soube dar
152 nenhuma informação. Em resposta à profa. Teresa Cristina, o prof. Pessoni explicou que o MINTER
153 não está relacionado ao Pró-Doutoral. Que essa proposta do Mestrado em Direito Ambiental é de
154 autoria do NECAR. Que os professores e inclusive o coordenador do NECAR fazem parte do corpo
155 docente do CECAJ, centro ao qual faz parte a Sra. profa. Teresa Cristina. Justifica que trata-se de
156 um problema de diálogo entre os professores do NECAR e os professores do CECAJ. E que a
157 proposição de um MINTER não vai ao pleno do CEPE. Que este é um convênio firmado entre
158 SUFRAMA, Governo do Estado, UFRR e UEA. Que chegou aos conhecimentos da PRPPG apenas
159 uma proposição do MINTER, discutido entre a UEA e o NECAR, não tendo a PRPPG participado
160 da elaboração da proposta. Que foi emitido pela PRPPG apenas um documento manifestando o
161 interesse pelo referido curso, uma vez que capacitaria docentes da UFRR e de outras pessoas
162 vinculadas à SUFRAMA, Governo do Estado e UEA. Após as colocações o quarto item foi
163 submetido à votação, obtendo os seguintes votos: 31 (trinta e um) favoráveis, 0 (zero) contrários e
164 02 (duas) abstenções. Dando continuidade, o Presidente passou a palavra para o prof. Roberto
165 Mibielli, relator do **5º Item**: Iniciou saudando todos os membros do conselho e justificou a ausência
166 da profa. Déborah Freitas que por motivo de viagem não pôde está presente. Fez a leitura na íntegra
167 do seu parecer enquanto relator, podendo ser destacados alguns pontos: que o presente Projeto
168 Político Pedagógico teve sua elaboração iniciada no mês de março do ano de dois mil e dois, com
169 o objetivo de fazer com que o PPP de Letras fosse o primeiro a ser aprovado no âmbito
170 institucional. Porém, só após sete anos e meio o PPP está sendo apresentado ao CEPE. Que a
171 conclusão do referido projeto deve-se muito à todos os envolvidos no processo: discentes, docentes,

172 comunidade, pesquisados e pesquisadores. Fez questão de destacar os nomes de dois professores
173 que já não faziam parte do quadro da UFRR, prof. José Carlos Almeida e profa. Maria do Socorro
174 Beltrão Macieira, os quais participaram ativamente dos trabalhos do PPP. Que tal projeto é uma
175 demanda da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, que tem solicitado insistentemente um PPP da
176 Letras e também uma exigência do próprio MEC. Foi pensado também em atender ao clamor da
177 comunidade no sentido de que o curso sofresse as modificações necessárias. Que o presente PPP
178 terá vigência de 2010.1 à 2013.1, momento em que será revalidado e se necessário, modificado.
179 Justificou somente a exclusão do Item 21(vinte e um) migração e equivalência entre grade antiga e
180 grade nova, que será adendado nessa reunião por sugestão do parecerista. Falou também sobre duas
181 ressalvas feitas em comum acordo entre os membros do CENCEL, sendo a primeira: substituir os
182 três fluxogramas das habilitações em línguas estrangeiras modernas por versões em que os pré-
183 requisitos solicitados pelos departamentos sejam respeitados. E a segunda: referente a uma nova
184 redação dada ao texto do item vigésimo primeiro. Sendo as colocações do relator, em seguida o
185 Presidente deixou aberto o momento para inscrições dos conselheiros presentes: o conselheiro
186 Pedro Romulo solicitou esclarecimento a respeito do horário de funcionamento do curso. Explicou
187 que fez parte da Câmara de Ensino, a qual o presente PPP foi submetido. Se poderia ser esclarecido
188 se o funcionamento do curso passaria ou não a ser diurno, já que foi uma aprovação do colegiado.
189 Que foi constatado quando da análise do referido PPP na Câmara de Ensino, a não participação de
190 um representante discente, bem como ausência de sua assinatura na ata de deliberação. Que foi feito
191 um levantamento junto à CPV antes de qualquer manifestação, com relação à necessidade de
192 demanda do curso no nosso Estado. Situação em que foi constatado a existência de clamor da
193 sociedade com relação à cursos noturnos, justamente em relação a esse PPP, sendo feitas algumas
194 colocações pelos membros da Câmara de ensino nesse sentido. Passando a palavra à profa. Elenize
195 Cristina confirmou a aprovação do PPP pelo colegiado do curso. Alertou sobre um equívoco no
196 texto “ Da migração e equivalências” (localizado na tabela que trata da equivalência da grade antiga
197 para a grade nova, especificamente na disciplina LT-115- Introdução à Lingüística). Sugeriu que o
198 PPP seja aprovado, porém com a ressalva dessa disciplina que precisava ter sua equivalência
199 alterada. Atentou também para a disciplina LT-150 que não tem caráter obrigatório para o curso de
200 Línguas Estrangeiras e sim, para Língua Vernácula, sendo preciso fazer essa pequena alteração para
201 que a equivalência fique conforme aprovada pelo colegiado. Por sua vez, o prof. Carlos Evangelista
202 levantou a preocupação com a flexibilização, se haveria a quebra ou não de pré-requisito,
203 principalmente relacionadas com disciplinas da Pedagogia. Disse que foi votado no curso de
204 Pedagogia uma contra-posição à essa idéia da flexibilização principalmente com as disciplinas da
205 Pedagogia, tais como: Didática e Psicologia da Educação II, se teria algum sentido, uma ser feita

206 antes da outra. Propôs a não aceitação da flexibilização das disciplinas da Pedagogia. A profa.
207 Marcelle Urquiza aproveitou o momento para parabenizar e desejar que o PPP fosse aprovado.
208 Disse que havia apresentado à PROEG um programa com a finalidade de padronizar os
209 fluxogramas dos cursos, onde consta um diagrama por disciplina, com distribuição de carga horária
210 teórica e prática. Citou como exemplo o Departamento de Ciência da Computação quanto a
211 elaboração de uma grade de caixinhas em formato de planilha que é um programa que todos têm no
212 computador, seja no Br Office ou Windows. Que tal programa é muito funcional e encontra-se
213 disponível na PROEG para auxiliar os demais cursos interessados. A profa. Ednalva iniciou sua
214 fala parabenizando o curso. Alertou a todos os conselheiros que nenhum dos projetos analisados
215 hoje foram apreciados pela Câmara de Ensino devido a dificuldades na composição. Informou a não
216 existência de um parecer da Diretoria de Assuntos Pedagógicos- DAP no referido PPP. Disse que
217 solicitou à profa. Edith Siems-diretora da DAP um parecer emergencial do presente PPP, o qual foi
218 feito a leitura parcial de alguns pontos: preocupação com perfil de formação dos professores; que
219 não estão presentes disciplinas que oportunizem a construção da identidade do licenciado como
220 professor que tenha condições de refletir e analisar as relações de educação com a sociedade.
221 Enfatizou que não se trata de um problema que acontece só com a Letras. Mostrou preocupação por
222 se tratar de uma região pautada pela diversidade em todos os elementos em especial, a diversidade
223 étnica e cultural. Que o curso não contempla disciplinas de formação pedagógica para o exercício
224 da docência em contexto de diversidade. Chamou a atenção para a página trinta e um do processo,
225 que ao apontar a questão referente às atividades que compõe o Estágio supervisionado, são
226 indicadas como ações de estágio as seguintes atividades: oficina, mini-cursos, simulação da aulas
227 na UFRR, preparação de projetos e elaboração de material didático. E que essas atividades serão
228 desenvolvidas fora do espaço escolar. Explicou que tal fato contraria a Resolução CNE CP-I de
229 dezoito de fevereiro de dois mil e dois no seu artigo décimo terceiro. Não sendo aceito que o
230 Estágio seja feito com atividades dessa categoria, cabendo o cumprimento da legislação. Que tais
231 atividades poderão ser incluídas em alguma disciplina, porém, que esta não leve o nome de estágio.
232 Citou que, quanto a normatização de estágio apresentada no final, recomenda-se que seja submetida
233 à Consultoria Jurídica junto à Advocacia Geral da União – AGU, uma vez que tem ocorrido muitos
234 problemas relacionados à estágios. Ressalta que essa recomendação não causa nenhum prejuízo à
235 aprovação do referido PPP no conselho que ora foi submetido. Questionou que na página trinta e
236 sete, quando se trata do item relacionado à Extensão, foi apresentada pela DAP uma questão, a qual
237 faz questão de co-relacionar com uma opinião sua enquanto Pró-Reitora: portanto abordou que
238 “Fala-se de Extensão como rua de uma única mão socializando o que se tem de conhecimento”.
239 Achou necessário que em algum momento do texto teria que ser deixado claro que a atividade de

240 extensão, além da socialização, a instituição formadora aproveita o que foi vivenciado e trás de
241 volta à universidade para também repensar as suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Dessa
242 forma, fortalece ainda mais a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Aproveitou
243 para fazer alguma considerações em alguns itens das páginas vinte e sete, setenta e dois e setenta e
244 seis. Fez também um alerta quanto ao perfil docente apresentado às páginas cento e setenta e três e
245 cento e setenta e quatro. Dando continuidade foi passada a palavra ao prof. Aldir Menezes-Assessor
246 Jurídico que mostrou certa preocupação quanto ao item de número vinte e um – Migração e
247 equivalência entre grade antiga e nova do PPP, informou que tal migração poderia acarretar uma
248 grande demanda de trabalho para os professores. Com a palavra o membro discente e também
249 acadêmico de Letras Sr. Emyster Gaia disse que a proposta do presente PPP foi pensando no horário
250 de funcionamento do curso, não totalmente preocupados com a quantidade de alunos atendidos e
251 sim, com a qualidade do ensino oferecido. Que o curso de Letras está evoluindo com a aprovação
252 desse PPP. Inscrita, a profa. Elenize Cristina esclareceu que o Regimento da UFRR não abriga que a
253 oferta de disciplina dependa de um número mínimo de alunos. Que a Resolução nº 018/2009-CEPE,
254 já aprovou a oferta ora apresenta pelo relator. Que todas as disciplinas com código inicial “LT” já
255 foram flexibilizadas. Pediu que o conselho considerasse a flexibilização de mais três disciplinas, o
256 que beneficiaria um total de trinta e dois alunos. Que a Resolução número 018/2009-CEPE autoriza
257 excepcionalmente matrícula em disciplinas do curso de Letras para o semestre letivo de 2009.2. O
258 prof. Aldir Menezes disse que em relação ao que foi colocado pelo conselheiro discente Sr. Emyster
259 Gaia, que o curso noturno e o curso diurno têm estruturas e denominações diferenciadas. E em
260 resposta ao que foi posto pela conselheira Elenize Cristina, que o número mínimo de alunos por
261 turma tem que ser observado , em cumprimento aos princípios jurídicos, ou seja, a eficiência. Que
262 essa questão tem que ser observada pelo coordenador do curso, uma vez que, ele tem que oferecer o
263 melhor resultado para o administrado. A profa. Teresa Cristina fez um breve comentário sobre as
264 atividades complementares, bem como da pontuação destinada a cada uma. Em seguida, o
265 Presidente deu por encerrada ao meio dia a primeira parte da reunião, concedendo um intervalo para
266 o almoço, retomando-se os trabalhos às quatorze horas. Segunda parte da reunião: Dada
267 inicialmente a ausência do Presidente, a sessão foi presidida pela profa. Ednalva Duarte, conselheira
268 mais antiga no CEPE, a qual iniciou passando a palavra ao prof. Mibielli, relator do ponto. O prof.
269 iniciou suas considerações quanto aos diversos pontos levantados pelos demais conselheiros,
270 explicou que atualmente o curso de Letras tem dois Projetos Políticos em arquivo. Que o curso de
271 Letras é tratado infelizmente pelo MEC, como um curso com quatro habilitações consideradas
272 como quatro cursos diferenciados. Sendo necessário o preenchimento de quatro formulários E-MEC
273 ao invés de um. Com relação a quantidade de alunos por sala de aula, explicou que por se tratar de

274 um curso que abrange o estudo de línguas, fica inviável uma grande quantidade de alunos para que
275 haja a conversação, o aluno aprenda e o curso cumpra seus objetivos. Acrescentou que tem sido
276 uma política do CENCEL e dos departamentos em geral, evitar transtornos para os alunos e
277 docentes do curso. Explicou que por se tratar de um curso novo, não há como forçar um aluno da
278 grade antiga mudar para uma grade nova. Que o curso de Letras é atualmente um curso
279 vespertino/noturno, existindo a dificuldade em atender a oferta quanto ao horário de funcionamento
280 do curso, uma vez que as demandas são diferentes, ou seja, uns querem durante o dia porque
281 trabalham à noite, outros querem um curso à noite porque trabalham durante o dia. Que o curso
282 passará a ser vespertino a partir do ano de dois mil e dez. Com relação a colocação feita pelo prof.
283 Carlos Evangelista, explicou que quanto à flexibilização de disciplinas, foi feita uma solicitação ao
284 CEDUC para que excepcionalmente, fosse feita uma flexibilização para o semestre de 2009.2 e que
285 alguns alunos já estavam inclusive cursando essas disciplinas. Concordou com a profa. Ednalva
286 Duarte quanto a questão da formação de professores e pediu que a discussão desse assunto fosse
287 postergada para o ano de dois mil e treze, momento em que o curso seria realmente avaliado.
288 Acatou o novo conceito de “extensão” proposto pela profa. Elenize Cristina. Falou que em relação
289 as oficinas, estas se dariam em situações adversas. Justificou que o calendário da UFRR
290 dificilmente coincide com o calendário das escolas estaduais e municipais, fazendo com que não
291 houvesse tempo hábil para a inserção dos alunos na estágio. Explicou que outro problema com
292 estágio ocorre devido a falta de escolas no Estado, que não oferecem a disciplina de Língua
293 Francesa, justificando inclusive questões referentes à Resolução da CNE CP-I, acarretadas por um
294 contexto da vivência em Roraima. Concordou que a normatização do estágio de Letras fosse
295 submetida à análise da AGU, assim como outros PPP's, porém acrescentou que a AGU não tem
296 respondido alguns documentos no prazo ideal, fato que tem trazido alguns problemas. Enfatizou
297 que o colegiado do curso de Letras entendeu que o período de transição entre duas grades, terão
298 conteúdo que serão tratados de forma especial tanto para favorecer os alunos da grade antiga quanto
299 da nova, ou seja, não haverá uma radicalização na mudança dos conteúdos, podendo oferecer
300 atendimento às duas clientelas em uma única sala de aula, minimizando o custo de manutenção das
301 duas grades. Feitas as colocações a profa. Ednalva Duarte falou que há uma cobrança junto à UFRR
302 para que sejam criados cursos noturnos. Que não existe na PROEG especificamente nenhuma
303 solicitação dos alunos, nem via DCE quanto a demanda por cursos noturnos, principalmente cursos
304 de licenciatura. Que a SESu em especial, cobra a criação de cursos noturnos, porém estão sendo
305 discutidos em PPI. Mostrou preocupação com o uso do termo “flexibilização” e que essa se dá
306 muito mais não só em quebras de pré-requisitos no momento de necessidade. Acrescentou que a
307 flexibilização está muito mais relacionada à formação prevista para capacitação de mobilidade de

308 alunos dentro de cursos diferentes. Em seguida o Presidente concedeu a palavra ao prof. Personi, o
309 qual levantou um questionamento sobre quais elementos deveriam conter em um PPP. E que o
310 presente PPP aprova um Plano de Capacitação Docente. E se com a aprovação do PPP, esse
311 automaticamente estaria aprovando o afastamento do docente para cursar alguma pós-graduação em
312 nível de doutorado ou pós-doutorado. Em resposta a profa. Ednalva Duarte falou que a orientação
313 dada pela PROEG é que seja posto no PPP tudo aquilo que tiver “vida longa”; necessidade da
314 indicação de recursos humanos por exemplo. Aproveitou para sugerir ao relator que as questões
315 ligadas à capacitação fossem feitas separadamente, e fossem retiradas do PPP sem que isso causasse
316 qualquer prejuízo. O relator por sua vez esclareceu que os planos de capacitação têm vigência
317 restrita assim como a avaliação há de modificá-los adiante, não existindo a necessidade de colocá-lo
318 ou retirá-lo do PPP, pois serão documentos de serventia para reestruturação da tabela a seguir,
319 podendo os mesmos constarem nos anexos do PPP se for o caso. E que por se tratar de uma decisão
320 do colegiado, não concorda que tais documentos sejam retirados do PPP. Dando continuidade,
321 foram feitas as seguintes propostas, a primeira pelo conselheiro Pedro Romulo: permanência de
322 horário vespertino e noturno para o funcionamento do curso. Votos para essa proposta: relator-
323 dezanove, proponente – cinco e abstenções-quatro. Prof. Personi: exclusão integral do item vinte e
324 dois que trata da disponibilidade de contratação de professores, mais precisamente, da página cento
325 e trinta e quatro à cento e setenta e cinco do processo. Votos: relator-oito, proponente-dezoito e uma
326 abstenção. Com relação a proposta levantada pela profa. Elenize Cristina no que diz respeito a
327 alteração da tabela constante do parecer do prof. Mibielli, relativa a migração e equivalência entre
328 grade antiga e nova, ou seja, alterações das disciplinas LT-115 e LT-150, onde se lê LT-150 –
329 Lingüística II, leia-se: LT-115 – Introdução à Linguística + LT-170 - Linguística Aplicada à Línguas
330 Estrangeiras para alunos de línguas estrangeiras modernas. Após algumas considerações feitas pelo
331 relator prof. Mibielli, pelo prof. Parmênio Citó e pela profa. Ednalva Duarte, a profa. Elenize
332 Cristina sugeriu a retirada dessa tabela de equivalência do PPP, para que o curso possa
333 posteriormente entrar em um consenso e lançar uma nova proposta para ser apresentada ao CEPE.
334 Em seguida, o Presidente salientou que para a ocasião, a sugestão da profa. Elenize Cristina era a
335 que mais se adequava. Posto isso, houve o acatamento por parte do relator e dos demais
336 conselheiros. Com relação a proposta do conselheiro Carlos Evangelista no sentido de não houvesse
337 a flexibilização nas disciplinas da Pedagogia, foram obtidos os seguintes votos: relator-onze,
338 proponente-sete e dez abstenções. Votos pela aprovação de todo o PPP: vinte e seis favoráveis, zero
339 contrário e uma abstenção. Dando seguimento à reunião, o Presidente fez a leitura do **6º item** e
340 passou a palavra para a profa. Elenize Cristina – relatora do ponto de pauta. A relatora iniciou
341 explicando que a versão do material que foi repassada aos conselheiros era uma versão preliminar e

342 que, após algumas considerações, foram acatadas algumas mudanças por parte da comissão
343 responsável pela elaboração do projeto. Acrescentou que o seu parecer/ análise enquanto relatora já
344 estava embasado nessa nova versão. A profa. Ednalva Duarte explicou que a estrutura que constava
345 no processo estava ainda como estrutura de edital, justificou que essa versão não foi analisada pela
346 Câmara de Ensino e nem pela DAP. O prof. Antonio Veras chamou a atenção com relação à
347 algumas disciplinas referentes à Geologia e perguntou se o IGEO havia sido consultado sobre essa
348 disponibilização de disciplinas. A profa. Gilvete Gabriel – coordenadora institucional do projeto,
349 prestou alguns esclarecimentos aos conselheiros, justificando o porque das mudanças no PPP. Por
350 sua vez, a profa. France Rodrigues alertou aos demais membros que não poderia ser analisada e
351 posta em votação uma proposta que não fosse a versão final do projeto. Cabe acrescentar que para
352 este ponto houve também algumas colocações dos conselheiros: Ednalva Duarte, Rutiene Giffoni e
353 Elzimar Rufino. Diante dessas intervenções, o Presidente sugeriu que o processo retornasse à
354 Câmara de Ensino e que a Câmara o devolvesse à comissão de elaboração, para que posteriormente
355 fosse submetido ao CEPE para deliberação. Os conselheiros acataram por unanimidade. Seguindo
356 para o **7º item**: o presidente passou a palavra ao relator Carlos Evangelista, que iniciou fazendo uma
357 breve explanação acerca do edital constante no processo. Explicou que o projeto já fala por si e
358 ressaltou alguns pontos para os quais seriam disponibilizados os recursos do projeto,
359 especificamente, gastos com material de consumo, terceirização de pessoal (pessoa jurídica).
360 Inscrito, o prof. Parmênio Citó fez um questionamento do porque no edital do PIBID não terem sido
361 contemplados os cursos de licenciatura de Línguas estrangeiras. Que houve uma convocação ao
362 DELEM via memorando, porém não foram chamados para a reunião com a equipe do PIBID. A
363 profa. Ednalva disse que a instituição – UFRR corre risco sempre quando se trata de projetos com o
364 MEC ou qualquer outra instituição. Que na maioria dos documentos expedidos pela PROEG
365 sempre é deixado claro que a Pró-Reitoria está aberta a qualquer esclarecimento ou orientação. Que
366 foram assumidos riscos também no ENADE, nos PPP's e no REUNI. Que foi feita uma consulta ao
367 grupo de trabalho; que ninguém tomou alguma decisão com o intuito de prejudicar o curso de
368 Língua estrangeira. Que a PROEG está aberta à críticas e que o PIBID não é o único programa a
369 passar por essas situações. Justificou dificuldades vivências no PET, PRODOCÊNCIA e
370 MONITORIA e que todos estão sendo administrados da melhor maneira possível na instituição.
371 Acrescentou que não há interesse da PROEG em usurpar ou prejudicar o DELEM, tanto que o
372 projeto do PIBID está sendo posto em votação no CEPE. E que, se o CEPE entender que os riscos
373 devem ser corridos, a PROEG dará total subsídio para que o DELEM apresente um sub-projeto
374 para ser encaminhado junto com o PIBID, contemplando os três cursos. Por sua vez, o prof. Luiz
375 Personi explicou que há diversas direções das informações prestadas pela CAPES quanto à

376 formalidades devido a grande rotatividade de funcionários daquela instituição. Já a profa. France
377 Rodrigues concorda com o prof. Personi quando da divergência de informações repassadas por
378 outros órgãos, como por exemplo a CAPES. Que as disciplinas de Línguas estrangeiras são
379 importantes e que deveriam ser contempladas no PIDID. Que os demais editais da UFRR e outros,
380 deveriam atentar para as questões locais/especificidades, uma vez que trata-se de um Estado tríplice
381 fronteiriço. O prof. Mibielli disse que o edital é claro no sentido de que a língua estrangeira possa
382 participar. Mas a consulta feita à CAPES é bem clara também no sentido de que, cursos que já têm
383 alunos participando de iniciativas inter-disciplinares não possam apresentar propostas. Isso significa
384 que invalida toda a proposta, não sendo essa considerada uma questão de risco e sim de efetiva
385 circunstância. Passada a palavra, a profa. Vânia Graciele-coordenadora institucional do PIBID
386 esclareceu que, o entendimento da CAPES é que alunos de licenciatura são alunos carentes, que têm
387 dificuldades e que acabam por desistir do curso. Com relação a questão da Letras, explicou que já
388 foi feita uma consulta por e-mail e que o PIBID é um programa que abrange quarenta e duas
389 instituições federais, sendo que no seu primeiro ano de vida ocorreram algumas dificuldades, e que
390 o foco do projeto são os bolsistas-alunos. O relator concordou com todas as colocações pertinentes
391 da profa. Vânia Graciele- coordenadora institucional do projeto . Em seguida teve a proposta da
392 profa. Elenize Cristina quanto a inclusão das disciplinas de línguas estrangeiras no projeto do
393 PIBID. Havendo para a proponente: dezesseis votos favoráveis, relator: sete e abstenções:
394 duas. A profa. Ednalva Duarte informou que no momento em que o conselho decidiu que o curso
395 entra, entende-se que a coordenação fará as ações no prazo, de forma a contemplar o projeto no dia
396 30/11/2009. Para tanto, perguntou se o curso de Letras já tinha alguma ação encaminhada. E que
397 todos deveriam trabalhar com força tarefa: Letras, DELEM e PIBID, uma vez que o projeto é
398 formado por sub-projetos. Enfatizou que a versão eletrônica do projeto deverá ser encaminhada até
399 as zero hora do dia 30/11/2009 e até cinco dias depois, a versão impressa. A profa. Elenize Cristina
400 propôs que: caso o curso (DELEM) não apresente o sub-projeto até a data estabelecida pela
401 CAPES, o projeto seria enviado conforme a primeira versão apresentada neste conselho. A proposta
402 foi aprovada pela maioria dos conselheiros, havendo apenas uma abstenção. Dando continuidade, o
403 Presidente fez a leitura do **8º item**, e não havendo a indicação de relatoria para tal, indicou a profa.
404 Rutiene Giffoni, representante docente do curso de Medicina no CEPE para que fizesse suas
405 considerações quanto ao pleito. A profa. informou que após reunião do colegiado do curso,
406 realizada no dia 25.11 onde ficou acertado que a colação de grau dos acadêmicos de medicina seria
407 dia 03/12/2009. Que inicialmente foi pensado na realização do evento para o dia 20/12/2009, porém
408 existe a questão das residências. Que durante a reunião do colegiado foi aprovada a antecipação do
409 evento que seria dia 20/12/2009 passando para o dia 03/12/2009. Após as considerações o

410 Presidente iniciou o processo de votação para este item perguntando aos conselheiros quanto a
411 alteração do Calendário Universitário do ano de 2009, no sentido de incluir a data de 03/12/2009
412 para a colação de grau do curso de medicina. O ponto foi aprovado por unanimidade. Em seguida
413 passamos para o **9º item** da pauta, o qual teve como relatora a profa. Ednalva Duarte, que iniciou
414 explicando que esta proposta do Calendário Universitário fica no primeiro momento sob a
415 responsabilidade do Departamento de Registro e Controle Acadêmico-DERCA, que por sua vez faz
416 uma consulta aos departamentos para posterior divulgação. Enquanto relatora, sugeriu que a
417 proposta do calendário fosse analisada mês a mês, que fossem sugeridas alterações para que no
418 final fosse voltada a proposta final já com as alterações previstas. Com relação ao mês de janeiro
419 houve os seguintes destaques: dia oito, inclusão para o último dia para enviar ao DERCA os diários
420 de classe referentes ao semestre letivo 2009.2. Ainda nessa data, inclusão para o último dia para
421 enviar ao DERCA a oferta de disciplinas para o período letivo de 2010.1.0. Para o dia vinte,
422 inclusão para a divulgação oficial pelo DERCA da oferta de disciplinas para o período letivo de
423 2010.1.0. Passando ao mês de fevereiro, houve os seguintes destaques: dia vinte e dois, acrescentou-
424 se o curso de Gestão Territorial Indígena, dia vinte e quatro, acrescentou-se o curso de Artes
425 Visuais, dia vinte e cinco, acrescentou-se o curso de Antropologia. Para o mês de março tivemos as
426 questões: dia primeiro, incluído o início das aulas do curso de Medicina- 1ª e 4ª séries. Para os dias
427 onze à doze, incluído para inscrição em disciplinas isoladas dos cursos de pós-graduação-stricto
428 sensu, para alunos regulares e alunos não vinculados. Foi retirado o dia trinta e um, pois não foi
429 recordada sobre nenhuma solicitação para realizar reunião setorial com centros didáticos. No mês
430 de abril foi incluída para o dia cinco, a publicação do Edital para revalidação de diplomas. O dia
431 dezesseis foi incluído como data limite para cancelamento de matrícula em disciplinas dos cursos de
432 pós-graduação stricto-sensu. O dia dezenove como data limite para trancamento de matrícula nos
433 cursos de pós-graduação stricto-sensu. Seguindo para o mês de junho, ocorreu a transferência do
434 evento da Semana da Integração Universitária: IX EPIC/VII ENEX e IV SEG, que ocorreria de
435 vinte e um à vinte e cinco de maio, passando para os dias treze à dezessete de setembro. No mês de
436 julho foi incluído o dia seis para o término do semestre letivo 2010.1.0 para a Graduação e pós-
437 graduação. Após o questionamento feito pela profa. Elenize Cristina, quanto a contemplação das
438 atividades referentes ao curso de Gestão Territorial Indígena. A profa. Ednalva Duarte esclareceu
439 que não havia conseguido falar com ninguém do Insikiran, e sugeriu que essa contemplação fosse
440 feita em um calendário complementar. Para o mês de agosto foi incluído para os dias dezesseis e
441 dezessete, como o período de inscrição em disciplinas isoladas dos cursos de pós-graduação-stricto-
442 sensu, para alunos regulares e alunos não vinculados. No mês de setembro foi incluído o dia nove
443 como data limite para cancelamento de matrícula em disciplinas dos cursos de pós-graduação

444 stricto-sensu. E o dia dez como data limite para o trancamento de matrícula nos cursos de pós-
445 graduação stricto-sensu. Feitas as discussões , o Presidente iniciou o processo de votação pata o
446 nono item de pauta, o qual teve aprovação unânime do conselho. Nada mais havendo a tratar, o
447 Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião extraordinária do CEPE às
448 dezenove horas e trinta minutos. E eu, Bruna Carolina Silva Magalhães, Secretária dos Conselhos
449 Superiores, lavrei a presente ata que após lida e achada conforme, vai assinada por mim e por todos
450 os presentes.

451 Sr. Manoel Alves Bezerra Júnior -

452 Prof. Luiz Alberto Pessoni -

453 Profa. Ednalva Dantas Rodrigues da Silva Duarte -

454 Profa. Nilza Pereira de Araújo -

455 Profa. Neide Maria Lucas -

456 Profa. Lucília Dias Pacobahyba -

457 Profa. Ise de Goreth Silva -

458 Prof. Carlos Eduardo Freitas Lemos -

459 Profa. Rutiene Maria Giffoni R. de Mesquita -

460 Prof. Antonio Tourino de Rezende Veras -

461 Prof. Fábio Luiz Wankler -

462 Profa. Maria Lúcia Taveira -

463 Prof. Elzimar Rufino de Oliveira -

464 Prof. João Bosco Pereira Duarte -

465 Prof. Miguel Gustavo de Campos Batista -

466 Profa. Roberta Dias Sisson Santos -

467 Profa. Marcelle Alencar Urquiza -

468 Prof. Rubens Savaris Leal -

469 Profa. Rutineia de Oliveira Carvalho -

470 Profa. Teresa Cristina Evangelista dos Anjos -

471 Profa. Elenize Cristina Oliveira da Silva -

- 472 Prof. Roberto Mibielli -
- 473 Prof. Carlos Augusto Evangelista dos Anjos -
- 474 Profa. Cariane do Nascimento Pimentel -
- 475 Profa. Pamela Alves Gil -
- 476 Profa. Francilene dos Santos Rodrigues -
- 477 Profa. Carla Monteiro de Souza -
- 478 Prof. Elói Martins Senhoras -
- 479 Sr. Pedro Romulo Estevam Ribeiro -
- 480 Sr. Cezário Paulino Bezerra de Queiroz -
- 481 Prof. Arnaldo Marcílio G. dos Santos
- 482 Sr. Roberto Tadashi Sakazaki -
- 483 Sr. André Guimarães Santos -
- 484 Sr. Emyster Handel Vicente Gaia -
- 485 Sra. Carime Lima dos Santos -
- 486 Prof. Maurício Elias Zouein -
- 487 Srta. Bruna Carolina Silva Magalhães
- 488 Obs: O prof. Rubens Savaris Leal foi empossado nesta reunião.